

O Chamado da Floresta 2025

Declaração dos Prefeitos para a Preservação das Florestas Tropicais e Boreais

O que seria da humanidade sem as florestas? Ao procurar responder a esta pergunta durante reuniões, trocas e conferências, **nós, prefeitos de todo o mundo**, reconhecemos o papel crucial e a importância das florestas nas suas diversas formas na nossa luta por um futuro sustentável.

As florestas e as cidades mantêm uma relação profunda, moldada por milhares de anos de interdependência. Hoje, é mais urgente do que nunca trabalhar nesta ligação face aos desafios ambientais e climáticos.

As florestas e sua biodiversidade são essenciais para a saúde das nossas cidades e dos nossos cidadãos. Purificam o ar e a água, proporcionam refúgio da poluição sonora e do calor e oferecem numerosos outros recursos vitais para a vida e a biodiversidade.

No entanto, perdemos milhões de hectares de florestas, mangues e áreas arborizadas todos os anos devido ao desmatamento, à falta de manutenção que leva a incêndios incontroláveis e a perturbações climáticas. Estas destruições perturbam a capacidade das florestas de absorver carbono, aceleram o aquecimento global e representam uma grave ameaça à biodiversidade, à proteção das espécies animais, à vida e ao bem-estar dos nossos cidadãos.

As cidades, que abrigam a maioria da população mundial, geram uma parte significativa do consumo de recursos e das emissões de gases de efeito estufa. Até 2050, 68% da população global viverá em cidades. Se não gerirmos esta expansão, o crescimento das áreas urbanas ocorrerá à custa das florestas e das áreas agrícolas que são essenciais para alimentar as nossas cidades. O consumo de materiais de construção nas cidades poderá atingir 90 bilhões de toneladas até 2050, gerando por si só 11% das emissões globais de gases de efeito estufa. Para limitar o impacto deste crescimento, é essencial promover a utilização de materiais com elevado valor de armazenamento de carbono, como o cânhamo e o bambu, particularmente para a construção de cidades em rápido crescimento, e garantir uma gestão e manejo florestal sustentável para utilizar a madeira, preservando ao mesmo tempo a sua capacidade de regeneração e desenvolvimento através de políticas responsáveis e empenhadas.

As florestas contribuem para o alcance de diversos objetivos de desenvolvimento sustentável. Nas cidades, as florestas urbanas aumentam a resiliência contra os riscos de catástrofes climáticas, criam espaços de refrigeração e ajudam a manter a biodiversidade, bem como o bem-estar dos residentes.

As florestas tropicais e boreais são os pulmões do nosso mundo; a sua proteção, juntamente com a dos povos que ali vivem, é uma garantia de vida na Terra. É por isso que devemos defender que as vozes das comunidades locais e dos povos indígenas estejam no centro dos processos de tomada de decisão para a proteção da biodiversidade das florestas. Quem está diariamente na floresta, e vive nela, é quem a conhece melhor.

A mudança climática já não é um risco; é uma realidade materializada em fenômenos meteorológicos extremos e desastres climáticos, como os que temos visto multiplicar-se nos últimos anos (incêndios incontroláveis, inundações, submersões costeiras, entre outros). Nenhum continente é poupado e as nossas cidades serão cada vez mais ameaçadas se continuarmos a negar a nossa responsabilidade e recusarmos a agir sempre que possível para reduzir a nossa pegada de carbono. É tempo de criar as condições para um desenvolvimento que respeite a natureza e de adaptar as nossas políticas públicas e modos de vida.

As cidades devem se tornar mais conscientes de seus rastros e emissões de carbono. Devemos mostrar mais ousadia e inovação nas relações entre cidades e florestas. As cidades devem mudar os seus hábitos para colocar a floresta no centro das suas preocupações.

Ao assinar esta declaração, afirmamos a nossa disposição de agir e mobilizar os nossos cidadãos. No entanto, conscientes de que esta escala de ação não será suficiente, apelamos a todas as partes interessadas, públicas e privadas, aos participantes na economia florestal e aos governos, para que se comprometam através da adoção de práticas e políticas ambiciosas para proteger, desenvolver e promover a exploração florestal sustentável.

Para nós, prefeitos e líderes locais, reunidos em nossas redes internacionais e signatários desta Declaração de Prefeitos para a Preservação das Florestas Tropicais e Boreais, dez anos após os acordos de Paris, a COP30 em Belém deve ser uma oportunidade para todos os atores comprometidos com a proteção florestal estabelecerem metas para toda a comunidade global para garantir que os objetivos climáticos assinados em Paris em 2015 sejam alcançados.

COMPROMISSOS DOS PREFEITOS COM AS FLORESTAS

Os Prefeitos se comprometem a garantir que a ação municipal seja orientada para os compromissos estabelecidos abaixo. Eles também se inspirarão na lista de ações do Apêndice 1.

Compromisso #1

Analisar a pegada florestal das nossas áreas urbanas, mostrando o impacto do consumo de alimentos e materiais importados, produzidos ou extraídos da floresta.

Compromisso #2

Desenvolver planos de ação locais para o consumo sustentável que considerem as necessidades das cidades e atuar através de contratos públicos para reduzir a pegada florestal das nossas cidades.

Compromisso #3

Estabelecer parcerias entre cidades e áreas florestais para partilhar conhecimentos, estatísticas, dados financeiros e apoiar um modo de gestão sustentável de recursos através de políticas de compra proativas de madeira sustentável certificada e outros produtos provenientes de florestas tropicais e boreais.

Compromisso #4

Promover abordagens que considerem o desenvolvimento florestal em nossos planos climáticos, estejam elas presentes em nossos territórios, perto de nossas cidades ou distantes. As nossas estratégias para descarbonizar o setor da construção e os nossos planos de desenvolvimento urbano também devem ter isto em conta.

Compromisso #5

Trabalhar para a emergência de uma verdadeira “cultura da madeira” entre os nossos cidadãos, empresas e serviços públicos locais, para sensibilizar os operadores sobre a utilização de produtos florestais sustentáveis, ajudando-os a compreender melhor as questões da bioeconomia florestal circular e do manejo florestal sustentável.

Compromisso #6

Trabalhar com governos nacionais e subnacionais para identificar, desenvolver e atualizar regulamentações florestais, sistemas de monitoramento e ferramentas de apoio à decisão que garantam o manejo florestal sustentável e o uso de recursos relacionados, contabilidade precisa de carbono e compartilhamento mais amplo de conhecimento dentro e entre países.

CHAMADAS À AÇÃO PARA OS GOVERNOS NACIONAIS

Apelamos aos governos nacionais para que:

CHAMADA #1

Façam a interrupção do desmatamento tropical uma prioridade na próxima COP30, apoiem cadeias de abastecimento livres de desmatamento e comprometam-se a restaurar florestas naturais.

Como parte da Declaração do G20 realizada em Novembro de 2024 no Rio, os líderes mundiais reconheceram a importância das florestas como sumidouros de carbono e sublinharam a necessidade de intensificar os esforços para as proteger. O Tropical Forest Forever Facility (TFFF), proposto por Lula na COP27, foi revivido. Este seria um fundo de investimento multilateral para incentivar os países tropicais a reverter o desmatamento. O fundo visa corrigir uma falha do mercado, valorizando os serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas e reduzindo a pobreza, promovendo simultaneamente o desenvolvimento econômico. Espera-se que os povos indígenas se beneficiem de parte dos fundos atribuídos ao regime.

CHAMADA #2

Promovam políticas públicas e marcos regulatórios que **interrompem os mecanismos em jogo no desmatamento**. Neste sentido, o regulamento europeu que entrará em vigor no próximo ano é um precursor. As suas medidas ousadas para a protecção das florestas poderiam inspirar documentos e iniciativas semelhantes de outros organismos supranacionais.

Existem quadros normativos que permitem a **reconciliação entre produção de madeira e sustentabilidade**. As políticas públicas devem incentivar a utilização de madeira produzida nestas condições e desencorajar a utilização de madeira que não cumpra estes critérios.

CHAMADA #3

Invistam na conservação e restauro das florestas, apoiando-se no conhecimento e nas práticas dos povos indígenas que vivem na floresta. Permitir que estas populações locais façam disso uma fonte de rendimento, assegurando ao mesmo tempo a preservação da biodiversidade.

CHAMADA #4

Esclarecimento da propriedade de terras deve ser uma prioridade. Na maioria dos países em desenvolvimento, os direitos de propriedade da terra são incertos e por vezes sujeitos a múltiplas reivindicações. Estas incertezas favorecem a atribuição legal ou ilegal de terras arborizadas em benefício de indivíduos ou empresas para conversão agrícola. Prefeitos incentivam as autoridades nacionais a estabelecer o quadro de propriedade da terra necessário para proteger as áreas florestais.

CHAMADA #5

Tomem qualquer **iniciativa** capaz de resolver questões relacionadas à segurança **alimentar e segurança energética, ou o desenvolvimento da agroecologia**. Estas iniciativas ajudarão a reduzir as pressões exercidas sobre as florestas.

CHAMADA #6

Integrem soluções baseadas na natureza e ações urbanas em favor das florestas na melhoria das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), aumentando o financiamento público e privado para projetos de REDD+ baseados em resultados e apoiando a implementação de cadeias de abastecimento agrícola livres de desflorestação.

CHAMADA #8

Aumentem os investimentos em pesquisa e desenvolvimento na concepção e construção de biomateriais de construção, como a madeira, o bambu ou o cânhamo, incluindo:

- a. Incentivar parcerias entre os setores público e privado
- b. Facilitar o acesso a programas de financiamento

Apêndice 1: Ações de Apoio à Preservação Florestal

Trabalharemos para promover as seguintes ações:

- a. **Adoção de políticas de compra de madeira** que promovam práticas sustentáveis e equitativas, como o uso de madeira de florestas comunitárias e cadeias de suprimentos certificados.
- b. **Desenvolvimento de planos de manejo sustentável de florestas urbanas** e promoção de sua importância através de programas de sensibilização e “aulas na floresta”.
- c. **Criação de programas educacionais sobre florestas** que enfatizem os desafios futuros e as oportunidades atuais.
- d. **Estabelecimento de fundos para financiar programas sustentáveis**, projetos-piloto e incentivar o desenvolvimento de uma economia circular.
- e. **Integração de processos de planejamento estratégico participativo para florestas urbanas**, tendo em conta as tradições e conhecimentos ancestrais.
- f. **Atualização dos códigos e regulamentos de construção** para permitir o uso de materiais de base biológica na construção.
- g. **Simplificação dos processos de planejamento local** para iniciativas amigas da natureza.
- h. **Simplificar os procedimentos de contratação pública** facilitando a participação das pequenas e médias empresas.
- i. **Adaptação de procedimentos de contratação pública** para incentivar cadeias de suprimento livres de desmatamento e positivas para as florestas.
- j. **Desenvolvimento de métodos precisos de contabilização de carbono** que consideram as florestas em todos os níveis para informar os planos de ação climática e as emissões de âmbito 3 (melhorando a qualidade dos dados e o acesso a bases de dados relevantes).
- k. **Apoio à implementação de programas que reduzam o uso de lenha**, como programas melhorados de fogões e combustíveis alternativos como energia solar, biogás, gás natural, bem como briquetes e pellets de fibra de madeira provenientes de resíduos ou de fontes sustentáveis.